

## Análise da Crise do Início dos Anos 1960: Uma Controvérsia Cepalina

IVAN SALOMÃO (\*)

A história do Brasil contemporâneo tem se mostrado pródiga em crises e descontinuidades que, se não chegam a caracterizar rupturas institucionais, atuam contra a manutenção da tão defendida estabilidade inerente ao fenômeno do desenvolvimento econômico. Desde a sua proclamação (1889), ela mesma, um golpe militar, observaram-se conflitos políticos insuperáveis a cada quarto de século, cujos desfechos foram, inevitavelmente, a remoção do incumbente eleito.

Da chamada Revolução de 1930, passando pelo golpe militar de 1964 ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (2016), a democracia brasileira foi sendo aprimorada ao mesmo tempo que sua funcionalidade tem sido colocada à prova. Em comum, a ocorrência de uma grave crise econômica que, inevitavelmente, balizou diretamente o desfecho não esperado do conflito político.

As especificidades conjunturais que marcaram o início dos anos 1960 fazem dos acontecimentos daquele período uma sinopse relativamente completa da história brasileira. Do ponto de vista po-

lítico, o imbróglio se arrastava desde pelo menos o suicídio de Getúlio Vargas. O tiro do Catete atingiu não só o peito do presidente, mas também os objetivos de setores das Forças Armadas e da sociedade civil de retomar o poder central perdido havia mais de duas décadas. O interregno Café Filho (1954-1956) não logrou organizar eleitoralmente tais interesses sociais e econômicos. Anos depois, a vitória de JK demonstrou que o projeto modernizante encetado desde o entreguerras consolidara-se no país que se urbanizava rapidamente. Era o Brasil da Bossa Nova, do Cinema Novo, da arquitetura modernista, da vitória na Copa do Mundo (1958). Do ponto de vista econômico, modernização respondia por um nome específico: industrialização.

A breve passagem de Jânio Quadros não representou mais do que um soluço na história política e econômica do país. Sua renúncia inesperada jogou o país numa crise profunda, ainda que não exatamente inédita. Manietado pelo instituto casuístico do parlamentarismo, as vicissitudes por que passou o governo Goulart sinalizavam não apenas a gravidade do momento,

mas sobretudo o casuísmo com que tradicionalmente as elites nacionais costumam equacionar disputas que ameacem a continuidade do processo de acumulação.

Mesmo após o restabelecimento de seus poderes constitucionalmente previstos, a partir do início de 1963, a instabilidade sobre a qual Goulart governava não permitiu a adoção de medidas que granjeassem o apoio necessário para manter-se no poder (FONSECA, 2004). A crise foi dirimida por meio de um clássico golpe militar, período que inaugurou um longo inverno civilizatório.

Pano de fundo da crise, a estagnação que acometia o país desde o início da década acirrou o conflito distributivo e, conseqüentemente, o político. Recrudescimento inflacionário, estrangulamento do balanço de pagamentos, descontrole cambial e queda vertiginosa da taxa de crescimento do produto. Se era clara a realidade da recessão, a sua interpretação dividiu os especialistas que se dispuseram a analisá-la – inclusive os cepalinos, que havia anos estudavam o fenômeno na América Latina. Tratava-se do momento em que o processo

da substituição de importações mostrava seus primeiros sinais de esgotamento desde que fora encetado, a partir dos anos 1930. A principal controvérsia entre os autores da CEPAL dizia respeito à natureza da questão: tratava-se de problema *no* ou *do* modelo de desenvolvimento?

Celso Furtado (1972), o mais proeminente economista brasileiro de sua geração, entendia que o país passava por uma estagnação inerente ao modelo substitutivo de importações. Sua interpretação estagnacionista baseava-se na controversa hipótese de equalização intersetorial da taxa de lucro. Nas palavras do autor: “A industrialização substitutiva de importações engendrou uma série de obstáculos que viriam a provocar o seu esgotamento como fator capaz de impulsionar o desenvolvimento.” (Furtado, 1966, p. 85) Ademais, entendia que o desemprego estrutural, causado pela alta relação capital/trabalho da indústria brasileira, dificultava a criação de demanda efetiva para os produtos manufaturados nacionais. Por fim, a concentração de renda reforçava ainda mais tal dificuldade de criação e sustentação de demanda.

Nesse sentido, o autor delegava à distribuição de renda uma das principais, ainda que parciais, saídas para o problema. Dada a alta propensão marginal a consumir

das camadas menos favorecidas da população brasileira – as quais representam, em termos relativos, parte expressiva da pirâmide socioeconômica do país –, ganhos relativos de renda resultariam automaticamente em aumento da demanda por produtos industrializados, exatamente o cerne de um modelo voltado *hacia adentro*. Ainda assim, Furtado não se mostrou, em determinados momentos de sua obra, totalmente convencido da possibilidade e mesmo da infalibilidade dessa solução.

Já Maria da Conceição Tavares, responsável pela principal interpretação teórica do fenômeno do PSI ([1963] 1972), desenvolveu análise divergente em relação ao entendimento de Furtado. Em trabalho redigido em coautoria com José Serra ([1972] 2000), os autores rechaçavam a hipótese da estagnação secular.

Em primeiro lugar, com base em novas teorias do oligopólio, os autores descartavam a equalização das taxas de lucro por entenderem que setores mais modernos aufeririam, necessariamente, retornos mais elevados. Indo além, Tavares e Serra entendiam que um dos principais limites para o aprofundamento do processo substitutivo de importações foi a descontinuidade da formação de capital, sobretudo em setores que complementassem as plantas já instaladas. Se era ver-

dade que a concentração de renda depunha contra a elevação da demanda por bens industriais, os autores acreditavam que o mercado não estaria limitado pelo número de consumidores, mas pela extração de excedente produtivo. Assim, estratégias que favorecessem a formação de capital, ainda que concentradoras de renda, incitariam novamente os investimentos produtivos de que dependia o PSI.

Tratou-se, este, exatamente do mecanismo encontrado pelo regime militar para debelar a crise de acumulação. O arrocho salarial promovido pelo Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) foi a maneira pela qual o governo permitiu que o capital elevasse a extração do excedente; nos termos empregados pelos autores, tratou-se de mecanismo “perverso” empregado pela ditadura militar para reativar o setor industrial e, conseqüentemente, o crescimento econômico. Nos anos subsequentes, o país viveria não só o aprofundamento do processo de substituição de importações – naquele momento, concentrado nos setores de consumo de bens duráveis e, em menor escala, de capital –, como também assistiria às mais elevadas taxas de crescimento econômico já registradas em sua história estatisticamente documentada.

A lição da história? Há ajustes e ajustes.

## Referências

---

- FONSECA, Pedro Cezar D. Legitimidade e credibilidade: impasses da política econômica do Governo Goulart. **Estudos Econômicos**, v. 34, n. 3, p. 587-622, 2004.
- FURTADO, Celso M. **Análise do “modelo” brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- FURTADO, Celso M. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, [1963] 1972.
- TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, [1972] 2000.

*(\*) Professor do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo (FEA/USP). (E-mail: ivansalomao@gmail.com).*